

Navios 'Furnas' e 'Corvo' paralisados ontem

Governo da República decretou a requisição civil da estiva no porto de Lisboa para abastecer os Açores

O Governo da República decretou ontem a requisição civil dos estivadores no porto de Lisboa “perante o incumprimento da obrigação de prestação de serviços mínimos e assegurar a satisfação de necessidades sociais impreteríveis e o funcionamento de sectores vitais da economia nacional, em particular das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira”, revelou o Governo do Primeiro-ministro, António Costa, em comunicado.

O Executivo explica ainda que “o carácter excepcional da requisição civil fica ainda a dever-se ao actual quadro de contingência decorrente do surto Covid-19, no âmbito do qual se constatou já uma afluência extraordinária de pessoas aos supermercados e farmácias, sendo necessário garantir a existência de stocks”.

A greve foi declarada pelo Sindicato Nacional dos Estivadores, Trabalhadores do Tráfego, Conferentes Marítimos e Outros, até ao dia 30 de Março já com prorrogação até ao dia 13 de Abril.

Ainda ontem, em declarações ao Correio dos Açores, o Presidente da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, Rodrigo Rodrigues, desafiou ontem o Governo da República a chamar os sindicatos de estiva do porto de Lisboa para os obrigar a cumprir os Serviços Mínimos Obrigatórios de transporte de mercadorias para os Açores e Madeira.

Rodrigo Rodrigues colocava como último recurso a possibilidade de o Governo da República vir a decretar a requisição civil para garantir a carga e descarga de mercadorias no porto de Lisboa com proveniência e destino os Açores.

Face às circunstâncias, várias empresas açorianas fizeram sentir junto do ‘Correio dos Açores’ a necessidade de o Governo do Primeiro-ministro António Costa, decretar, de imediato, a requisição civil para o Estado garantir o abastecimento de mercadorias aos Açores e à Madeira que, neste momento, começa a estar em causa. E o facto é que, ainda ontem, os navios ‘Furnas’ e ‘Corvo’, da empresa Mutualista Açoriana não operaram em Lisboa durante todo o dia devido à greve dos estivadores.

O que aconteceu foi que, no Domingo, os estivadores procederam à descarga do navio ‘Corvo’. Anteontem, só iniciaram as operações de carga às 17H00 e não concluíram os trabalhos. Entretanto, o navio ‘Furnas’ chegou ontem ao porto de Lisboa e os estivadores, ao longo de todo o dia, não concluíram a carga do ‘Corvo’ para que navegue para os Açores e, consequentemente, não iniciaram a descarga do ‘Furnas’.

Esta situação, segundo soube o Correio dos Açores é reveladora do não cumprimento dos serviços mínimos garantidos para os Açores, uma vez que os dois navios, no regresso, vão chegar com dias de atraso à Região. Mesmo agora que foi decretada a requisição civil.



O navio ‘Furnas’ chegou ontem ao porto de Lisboa e ficou à espera que fosse concluída a carga do navio ‘Corvo’ para que navegue o mais rapidamente possível para os Açores. Mas, devido à greve, os estivadores não compareceram ao trabalho durante todo o dia

“É inconcebível que não se cumpra os serviços mínimos”

Nas declarações ao Correio dos Açores, Rodrigo Rodrigues, começou por “reforçar” a posição da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, de que “não estamos a pôr em causa o direito dos trabalhadores à greve. O que estamos a pôr em causa é o não cumprimento de uma obrigação durante esta greve que tem a ver com os Serviços Mínimos Garantidos para as regiões autónomas”.

Isto porque, referiu, na crise provocada pelo Covid-19 “é normal que a população já esteja com alguns níveis de ansiedade e a ameaça de não sermos abastecidos em condições é inconcebível nesta altura”.

Rodrigo Rodrigues ressaltou, uma vez mais, que o direito à greve “é inequívoco, é constitucional. Mas, o direito dos açorianos e dos madeirenses aos serviços mínimos garantidos e ao normal abastecimento é também um direito constitucional e nós exigimos que o Estado português garanta este direito”, acentuou.

“Não podemos aceitar que o direito à greve seja evocado e que, depois, não seja cumprida uma das obrigações que a própria lei prevê,” realçou.

Questionado sobre se a greve poderia

afectar a economia açoriana, o Presidente da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores respondeu: “Eu acredito que não vamos chegar aí porque o Estado tem formas de resolver este problema. Poderá ser, por exemplo, uma requisição civil. Mas, julgo que não há razões para chegar a este ponto. É preciso chamar os sindicatos que estão em greve para resolver o problema dos serviços mínimos garantidos. Portanto, não é preciso chegar a posições extremas. O Estado português tem esta obrigação”, disse.

Recordou que os serviços mínimos garantidos foram solicitados pelo Governo dos Açores e requisitados pelo Governo da República.

“A partir deste momento é inconcebível que não sejam cumpridos. E, portanto, faça-se cumprir a lei”, pediu.

“Este é um caso em que o Estado português tem que intervir”, concluiu.

Ora, disse, “quem evoca a lei para convocar greves, muito mais numa situação destas, não cumpre a mesma lei do ponto de vista dos serviços obrigatórios, relativamente às regiões autónomas e isso é grave. E, aliás, tendo sido anunciada esta incapacidade de cumprir esta lei, parece a crónica de um crime anunciado. E, portanto, é inconcebível que o Estado português permita que este cri-

Requisição civil “perante o incumprimento da obrigação de prestação de serviços mínimos e assegurar a satisfação de necessidades sociais impreteríveis e o funcionamento de sectores vitais da economia nacional, em particular das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira”

me aconteça”, referiu.

Sindicato diz que não há condições para cumprir serviços mínimos

Ainda ontem o delegado do Sindicato de Actividades Logística do porto de Lisboa afirmou não “ter dúvidas” de que os serviços mínimos na área da estiva “não estão garantidos para as regiões”.

O sindicalista Francisco Parreira pediu, em declarações à Antena 1 Açores que os governos dos Açores e da República “resolvam a quebra do acordo celebrado com a então Ministra Ana Paula Vitorino”.

Francisco Parreira garantiu que, no início da greves, os serviços mínimos de transporte de mercadorias de e para os Açores e Madeira “foram garantidos”. E revelou que, ontem, os trabalhadores “foram impedidos de entrar no porto de Lisboa para prestar os serviços mínimos. Isso é uma coisa inconcebível”, afirmou.

O Governo da República e o Governo da Região “vão ter que tomar medidas. Isto não pode continuar assim. E o nosso amigo António Costa e o sr. Ministro das Infraestruturas estão a assobiar para o lado e ninguém faz honrar o compromisso que foi assinado pelas empresas na presença da ex-Ministra Ana Paula Vitorino”, afirmou Francisco Parreira.

Os trabalhadores estão a cumprir o plano de contingência mas, nas declarações à Antena 1 Açores, o sindicalista alertou para o risco que estão a correr. “Os navios comerciais que navegam do Continente para os Açores são o maior plano de risco de contaminar os Açores”, afirmou.

Francisco Parreira deixou mesmo um aviso e apelou à necessidade de serem criadas duas equipas em cada porto. “Nós somos em Angra do Heroísmo 13; Ponta Delgada pouco mais de 30; Velas, Pico e Horta são 6 trabalhadores. Se algum destes trabalhadores ficar doente quem vai trabalhar nos portos? Alguém já falou nisso?,” questionou.